

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.353.133 - MG (2018/0219469-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : OMNI S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO  
**ADVOGADOS** : PAULO CESAR DA ROSA GOES - SC004008  
ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO - SC017458B  
RODRIGO FRASSETTO GOES - MG146297  
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - MG146442  
SIELMARA FERREIRA MIRANDA - MG069830  
**AGRAVANTE** : SHIRLEY GONÇALVES BARCELOS  
**ADVOGADOS** : GRAZIELE GLECIA RAMOS MOREIRA - MG120773  
LIVIA RIBEIRO SILVA VILAS BOAS - MG112786N  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. AGRAVO QUE NÃO INFIRMA FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

SHIRLEY GONÇALVES BARCELOS (SHIRLEY) ajuizou ação revisional contra OMNI S.A. CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (OMNI), alegando abusividades de cláusulas de contrato bancário, referentes a taxa de juros remuneratórios, capitalização de juros, comissão de permanência, pleiteando restituição dos valores pagos a maior.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, vedando a cobrança de comissão de permanência cumulada com multa de mora, limitada à soma dos encargos remuneratórios e moratórios pactuados do contrato (e-STJ, fls. 258/273).

Interposta apelação por SHIRLEY, o Tribunal de origem deu-lhe parcial provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 330):

*EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - ALEGAÇÕES INAUGURADAS APENAS NAS RAZÕES DO APELO - INOVAÇÃO RECURSAL - RECURSO NÃO CONHECIDO, EM PARTE - AÇÃO REVISIONAL - CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - REVISÃO DAS CLÁUSULAS - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - APLICABILIDADE - JUROS REMUNERATÓRIOS -*

*INOBSERVÂNCIA DA TAXA MÉDIA DE MERCADO - ABUSIVIDADE - LIMITAÇÃO DEVIDA - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - POSSIBILIDADE - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - CUMULAÇÃO COM DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS - IMPOSSIBILIDADE - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE MÁ-FÉ - DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA - OCORRÊNCIA.*

*- Não pode o órgão revisional conhecer de questões que, não apreciadas na decisão recorrida, tiveram sua discussão inaugurada somente na via recursal, sob pena de violar o princípio do duplo grau de jurisdição.*

*- É possível a revisão das cláusulas contratuais, à luz do Código de Defesa do Consumidor.*

*- Embora tenha o Supremo Tribunal Federal assentado, em súmula, a inaplicabilidade das limitações das taxas de juros impostas pela Lei de Usura às instituições financeiras, deve ser observada, na cobrança dos juros remuneratórios, a taxa média de mercado, sob pena de abusividade.*

*- É permitida a capitalização mensal de juros nos contratos celebrados, com instituições financeiras, após da edição da Medida Provisória n.º 1.963-17/2000, desde que avençada.*

*- É legal a cobrança, se pactuada, de comissão de permanência, em período de inadimplemento, calculada pela taxa média de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil - limitada, contudo, à soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - e desde que não cumulada com juros remuneratórios, moratórios, correção monetária e multa, não possuindo respaldo legal sua substituição pelo INPC. Inteligência dos Enunciados nas. 30, 296 e 472 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.*

*- Uma vez lastreados em obrigação expressamente assumida em contratação na qual não se caracterize conduta de má-fé da instituição financeira contratada, os valores a serem devolvidos ao contratado, por terem sua ilegalidade reconhecida em decisão judicial, não comportam dobra.*

*- Segundo entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça, o reconhecimento da abusividade de encargos contratuais cobrados no período da normalidade descaracteriza a mora.*

Inconformada, SHIRLEY interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 4º da Lei nº 1.521/51, 21 do CPC/73, 23 da Lei nº 8.906/94 e divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que (1) é vedada a incidência de capitalização de juros; (2) os juros remuneratórios devem ser limitados ao patamar de 12% ao ano; (3) a comissão de permanência é inexigível nas cédulas de crédito; (4) o pagamento indevido implica restituição em dobro, independentemente de erro, dolo ou má-fé; e (5) não se admite a

compensação de honorários advocatícios.

OMNI não ofereceu contrarrazões.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial no que tange à capitalização de juros, nos termos do art. 1.040, I, do NCPC e, quanto às demais questões, inadmitiu o apelo nobre ante a ausência de interesse recursal e a incidência da Súmula nº 7 do STJ. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

OMNI apresentou contrarrazões (e-STJ, fls. 418/422).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observa-se que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra todos os fundamentos da decisão agravada, pois SHIRLEY não infirmou devidamente os seus esteios, deixando de refutar, de forma arrazoada, a incidência da Súmula nº 7 do STJ e a inexistência de interesse recursal, limitando-se a defender a ilegalidade da capitalização de juros e a existência de má-fé de OMNI.

Nesse contexto, tendo sido apresentado em desacordo com os requisitos do art. 932, III, do NCPC, o recurso não se mostra viável.

A propósito, cita-se o seguinte precedente:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DO*

*ART. 932, III, DO CPC/2015. [...]*

*II - Razões de agravo interno que não impugnam especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III, do CPC/2015.*

*III - Agravo interno não conhecido.*

(AgInt no AREsp 884.901/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, DJe 27/5/2016)

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator